

# Quadro Abrangente

**F**ALANDO na abertura da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Presidente José Sarney procurou conferir ao seu discurso o caráter de um amplo panorama regional. Nesse panorama, o Brasil possui, certamente, sinais característicos. É tipicamente brasileira a convivência fácil entre as raças, e uma certa delicadeza de sentimentos de que o Presidente, como escritor e humanista, procurou dar conta quando citou um poeta de sua terra.

Mesmo transformado, entretanto, numa das dez maiores economias do mundo, o Brasil tem em comum com seus vizinhos de continente a dificuldade com que carrega o peso de sua dívida externa. O caso mexicano é o exemplo dramático do que pode acontecer a um país que não possua reservas suficientes para enfrentar adversidades: é difícil imaginar que o México ultrapasse a tragédia de agora se não contar com mais do que uma compreensão formal por parte do resto do mundo.

Como outros países em desenvolvimento, o Brasil foi apanhado pelo que o Presidente Sarney chamou de “uma conjugação viciosa de fatores econômicos”: alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários, seletividade de mercados nos países desenvolvidos. Entre “a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência”, esses países vêm numa política excessivamente ortodoxa a possibilidade da recessão, do desemprego, de uma verdadeira renúncia à capacidade de crescimento.

O Presidente Sarney não escolheu, para o seu discurso na ONU, a clave da lamúria. Sabe que há países em situação bem mais difícil que a do Brasil. Apresentou-se um pouco como a voz desses membros mais desprotegidos da comunidade internacional — lembrando que o Brasil participa ao mesmo tempo de cenários de desenvolvimento e pobreza.

É peculiar ao Brasil, entretanto, o peso de uma economia estatizada ao longo de duas décadas de militarismo. Para escapar a esse peso, o Presidente recusa a filosofia barata que é a do ressen-

timento contra os mais ricos. O Brasil tem “arraigados sentimentos cristãos e ocidentais” e “não quer fazer da dívida externa uma questão ideológica” — ao estilo das pregações que agora vêm de Havana. “Acreditamos — disse o Presidente — no poder criativo da economia de mercado, através da competição”, acrescentando: “Em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu”.

O Brasil não deseja “o isolamento e a autarquia”. Está incluído num contexto continental que tomou, de forma alvissareira, o sentido de uma “marcha para a democracia”, e que o Presidente Sarney caracteriza em três conceitos: “Sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica”. O Presidente lembrou, entretanto, que o endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional; e que, pela sua gravidade, deveria motivar algo de semelhante ao grande impulso de solidariedade que soergueu a Europa depois da última guerra mundial. “Não se pode supor”, disse o Presidente, “que o sacrifício é tudo o que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas”, enfatizando que “é impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada”.

Em toda uma longa alocução, o Presidente soube encontrar um tom apropriado para descrever, sem demagogia, uma situação de urgência. Encontrou, também, um modo de sintetizar diferentes perspectivas da crise brasileira. A inflação, nesse contexto, é um inimigo a ser derrotado, sem que isto implique um esmagamento ainda maior de setores já suficientemente sacrificados. O Brasil paga o preço de um processo nocivo e abusivo de estatização. Desestatizar, entretanto, não é coisa que se faça do dia para a noite, e sem dificuldades. O caminho é longo e difícil. Descrevendo essas dificuldades, o Presidente do Brasil foi também o intérprete de outras sociedades continentais igualmente sacrificadas.